

Sobre a cultura das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Com simplicidade e muita franqueza, sinto ser meu dever sublinhar aqui e diante de todos o quanto, simultaneamente, me sinto honrado e desafiado com a distinção que me é feita. Mas confunde-me o ser distinguido por uma Universidade como a Católica que é uma nobilíssima Instituição da Igreja e de Portugal.

Sou um padre da diocese do Porto, que tem pelo seu Bispo profundíssimo respeito e enorme apreço e que sente ser o caminho da Igreja o homem que respira e pelos caminhos nem sempre retilíneos procura plenitude.

Represento algo de muito bom na nossa comunidade: as Instituições Particulares de Solidariedade Social, muitas das quais são de ereção canónica e muitas mais correspondem a uma cultura judaico-cristã em que nascemos, crescemos e somos muito felizes.

Talvez o Prémio Fé e liberdade me seja atribuído pela Universidade Católica mais por aquilo que represento do que por aquilo que sou, porque sei que nada sou.

Quando se fala de Instituições de Solidariedade, fala-se de um setor solidário que não só cresceu exponencialmente em número de IPSS constituídas, como passou a assumir, na nossa sociedade, uma importância social e económica de elevado relevo, junto das comunidades em que as instituições estão inseridas. Cerca de 73% do que entre nós se faz nas áreas do desenvolvimento local, da educação, da proteção social e da saúde sem fins lucrativos é feito pelas Instituições de Solidariedade. Seja por serem



POR
**Padre Lino
Maia**

Presidente da
Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade

utentes, ou por serem familiares, voluntários, trabalhadores ou dirigentes, há muitos milhares de pessoas a “absorverem” diariamente a solidariedade social em Portugal.

E quando Instituições de Solidariedade se fala, fala-se de muitas entidades espalhadas por todo o território, que são um pilar fundamental no suporte e no apoio a todos aqueles que, por vicissitudes diversas, se encontram numa situação de vulnerabilidade, constituindo-se tais Instituições, assim, num instrumento mais próximo dos cidadãos e com maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social.

Quando se fala de Instituições de Solidariedade fala-se também de equipamentos sociais e de respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, de apoio domiciliário, de cantinas sociais, de casas abrigo, de cen-

tros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, de comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), de creches, cuidados continuados integrados, estruturas residenciais para pessoas idosas, jardins de infância, lares (nomeadamente de infância e juventude), serviços de apoio domiciliário... Na área da deficiência, mental, motora ou visual, por exemplo, quase tudo o que entre nós se faz, que é muito e é muito bom, é da responsabilidade direta destas Instituições.

Quando se fala de respostas sociais, fala-se de uma comunidade que não se desmobiliza, e que se organiza e envolve-se e que, particularmente nos momentos mais difíceis como os desta persistente crise, se comporta de uma forma resiliente e expansionista e em contraciclo, se comparada com os outros sectores tradicionais da economia portuguesa e com outras sociedades irmãs.

Quando se fala de Instituições de Solidariedade, refere-se uma abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o Estado e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, para os que vivem nas mais diversificadas situações de vulnerabilidade.

Quando se fala de Instituições de Solidariedade, fala-se de uma economia

das pessoas e para as pessoas.

Fala-se de capilaridade: nas cerca de 4.000 freguesias há 5.100 Instituições de Solidariedade...

Fala-se de subsidiariedade: quem está mais próximo está em melhores condições para melhor corresponder...

Fala-se de solidariedade: o outro nunca é visto como um estorvo no caminhar, mas como um companheiro de jornada...

Fala-se de gratuidade: o que se recebe como dom é servido como serviço...

Fala-se de envolvimento: as comunidades mobilizam-se assumindo o dever de cada um como o próprio dever de toda a comunidade...

Fala-se de bens imateriais: o que não se vê permanece e lega-se como património imaterial e constituinte enquanto que o que se vê se vai esgotando...

Fala-se de igualdade de oportunidades: os mais fragilizados são chamados para a mesma mesa do bem comum...

Fala-se de partilha de bens: os bens são bem quando ao serviço do bem da pessoa e do maior número de pessoas...

Fala-se de excelência: o que é feito por pessoas e para as pessoas é o que de melhor se pode e deve servir.

Fala-se do primado e da dignidade da pessoa toda e de todas as pessoas...

Em que a vida é um dom que se recebe e sempre se defende. Em que há opção preferencial pelos mais frágeis. Em que cada um faz o que lhe compete para que a ninguém falte aquilo de que carece. Em que os bens estão ao serviço do bem da pessoa e do maior número possível de pessoas. Até à plenitude...

É essa cultura das Instituições de Solidariedade a cultura de uma verdadeira “civilização do amor” em que o imperativo do dom poderá levar a uma forma de vida assente e orientada para a verdadeira esperança. Civilização onde mais que querer ter um lugar, sobressai o querer ser e o procurar ser o lugar onde cada um se poderá encontrar consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Uma civilização do bem maior, para o qual são orientadas vontades e bens, capacidades e dons.

É a nossa cultura. A cultura judaico-cristã, em que cada um sente que seria mentiroso (1Jo 4, 20) se dissesse amar a Deus que não vê e não amasse o próximo que vê e nessa medida se sente “guarda” do seu irmão mais próximo e de todo aquele de quem se aproxima



Outra dimensão essencial da fé é a fidelidade. A fé tem muito a ver com a fidelidade, porque toda a experiência de fé é uma história de amor, adesão a um pacto

(Gn 4, 9). E todos sentem como dirigindo a si e a cada um a ordem expressa do “dai-lhes vós de comer” (Lc 10, 25-37), isto é: cada um faça o que está ao seu alcance para melhor se saborear o dom de Deus... A cultura do recurso à “estalagem da comunidade” que é a Igreja para ser completada a missão em que todos se sintam cidadãos plenos numa “cidade” em construção no tempo e com ânsias de perenidade.

É a cultura da construção e da contribuição para uma civilização do amor para o “Desenvolvimento do nosso Mundo, da nossa Dignidade e do nosso Futuro”, que implica audácia e capacidade de robustecer uma vivência do Encontro (como lembra o papa Francisco na Evangelii Gaudium). Vivência onde todos se reconhecem igualmente dignos, mas diferentemente capazes de sonhar e realizar as condições de vida que da relação leve à comunhão.

A crise que vivemos diz que precisamos de voltar confiar nas pessoas e na sua vulnerabilidade, porque quando a economia e a finança perdem contacto com o rosto do outro, tornam-se lugares não-humanos.

Mas não existe apenas um laço fundamental entre fé e confiança. Outra dimensão essencial da fé é a fidelidade. A fé tem muito a ver com a fidelidade, porque toda a experiência de fé é uma história de amor, adesão a um pacto. A fé floresce quando se é fiel na noite da fé, quando se agarra a corda que enlaça e entrelaça na fidelidade.

E descobrir, depois, que se foi fiel

sobretudo à parte mais verdadeira e profunda de nós. É possível chegar a ser justo e verdadeiro mesmo sem fé, mas nunca sem fidelidade. Quem vive esta dimensão fiel da fé é capaz de diálogo e fraternidade com quem fé não tem ou a perdeu e sabe mover montanhas, porque não as move para si. É esta fé que abre a cumes de humanidade, de economia, em que a fé continua a gerar coisas extraordinárias. As pessoas fiéis são sempre importantes para o Bem comum e para a beleza da terra. E indispensáveis para sair de uma crise, porque sabem fazer uma abertura no teto da nossa Casa comum e mostrar um céu mais alto, para recomeçar.

Essa é a cultura das Instituições de Solidariedade em que a Igreja tem um lugar de muito grande destaque: 41% cerca de 5.100 IPSS existentes em Portugal são de ereção canónica, mas muitas mais têm clara inspiração cristã e eclesial. Para além de que há muitos outros grupos informais da Igreja Católica, nomeadamente as Conferências Vicentinas, com imensa ação socio-caritativa e que, com os Centros Sociais Paroquiais, os Institutos de Organização Religiosa e as Misericórdias, dão à Igreja grande visibilidade e grande credibilidade, particularmente junto daquelas franjas populacionais que vivem com mais sofrimento e com mais dificuldades. Apoiam-se na missão e na tradição da Igreja, valorizaram o inultrapassável método do “ver, julgar e agir” e inspiraram-se nas Conferências Vicentinas, nos Círculos Católicos de Operários, nos Patrimónios dos Pobres e nos Centros de Assistência Paroquiais. Acreditam no “eterno exercício de cidadania” e cooperam com o Estado nas suas responsabilidades de proteção social, de promoção da saúde, na educação e no desenvolvimento local.

Assim se constrói uma sociedade onde o desenvolvimento coletivo se manifesta no crescimento de cada um e de todos e em que o desenvolvimento pessoal faz sentido, por ser parte de um desenvolvimento coletivo assente na justiça e na liberdade e na solidariedade (aquela que solidifica a fraternidade e brota da fé), que não sinta vergonha em partilhar para assistir aqueles que mais necessitam, mas sempre na senda da plenitude da Pessoa toda e de todas as Pessoas. ■